



“NÃO SEI COMO SERIA SE EU FOSSE AFEMINADO”: UMA ANÁLISE DOS PROCESSOS IDENTITÁRIOS DAS MASCULINIDADES DE HOMENS GAYS NOS ESPAÇOS AGROECOLÓGICOS

José Claudivam da Silva¹, Laeticia Medeiros Jalil², Rafael Toitio³

RESUMO

O presente trabalho visa investigar os processos identitários da produção de masculinidades a partir dos papéis atribuídos aos homens *gays* nos contextos rurais e agroecológicos, bem como analisar situações de afeminofobia que emergem devido a prevalência de traços e padrões de cisheteronormatividade presentes no meio social. A partir do viés do binarismo de gênero, onde a aproximação com traços de feminilidade implica na desvalorização da identidade masculina, uma vez que esta perde o lugar de prestígio atribuído aos traços mais comuns do masculino, buscaremos compreender como homens *gays* se inserem nesse processo de produção de masculinidades em espaços de reprodução das lógicas dicotômicas estruturantes do binarismo inseridos no meio rural. Deste modo, os estudos de gênero nos possibilitam discorrer acerca das questões da produção de masculinidades, bem como pensar sobre como a afeminofobia – preconceito contra homens *gays* afeminados – e quais as suas condições de marginalização evidenciadas pelo afastamento do padrão de gênero masculino preestabelecido, onde ser feminino e/ou afeminado está associado, ao longo da história, à passividade, docilidade e submissão. Ressaltando a agroecologia enquanto lugar de ruptura da invisibilidade dos sujeitos que a constroem historicamente, visando garantir suas autoafirmações identitárias e reafirmações de suas existências, de modo a pensar as ressignificações das expressões das masculinidades e sua relação com o feminino e a feminilidade como rompimento da norma cisheteroestruturante de prevalência do homem/masculino sobre a mulher/feminino.

Palavras-chave: Afeminofobia; Agroecologia, Homens *gays*, Masculinidades; Processos identitários.

INTRODUÇÃO

A dicotomia do sexo biológico foi e ainda é fomentada na estrutura social e preestabeleceu, ao longo do tempo, as categorizações dos indivíduos baseadas por meio dos seus órgãos genitais para, assim, determinar e definir o ser homem ou ser mulher. Assim, essa dicotomia representa uma categorização onde o corpo deve possuir somente duas formas

¹ Graduando pelo Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE/SEDE; Graduando pelo Curso de Direito da Faculdade Damas – FADIC, Integrante do Núcleo JUREMA: Feminismos, Agroecologia e Ruralidades (DECISO/UFRPE), jclaudivamsilva@hotmail.com;

² Socióloga, Professora Dra. da Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE, feminista, mãe de Inácio; Membro do GT de Mulheres da ANA e da Rede Feminismo e Agroecologia do Nordeste; Coordenadora do Núcleo JUREMA: Feminismos, Agroecologia e Ruralidades – UFRPE, laeticiajalil@gmail.com;

³ Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), rtoitio@yahoo.com.br.

constitutivas únicas, o feminino e o masculino, e que conseqüentemente exprimem papéis sociais também binários. Essa arbitrariedade restritiva da categorização do sexo e do gênero condiciona a um círculo vicioso de exclusão das identidades de gênero diversas dos padrões predeterminados.

Por outro lado, a partir do feminismo e dos avanços dos estudos de gênero, surgiram novas discussões e concepções que possuem o viés de perpassar essa lógica dicotômica de construção social e identitária dos indivíduos, para compreendê-la e questioná-la. Essa perspectiva pode (e deve) ser aplicada para entender processos, questões e vivências nos contextos rurais e agroecológicos. Sobretudo, no atual momento em que o movimento agroecológico e os estudos feministas se articulam para refletir sobre questões relacionadas aos papéis e significados sociais atribuídos aos homens e as mulheres e como estes contribuem para fomentar as desigualdades expressas a partir da vivência das mulheres por meio da divisão sexual do trabalho e as atribuições de cada um/a no meio rural.

Ao mesmo tempo, isso abre a possibilidade de discutir também questões relativas à diversidade sexual, bem como das expressões de gênero presentes nos contextos rurais, dando visibilidade a identidades e vivências diversas do padrão binário preestabelecido. Nesse artigo, refletimos sobre a vivência dos homens gays e as masculinidades subalternas no movimento agroecológico, o qual tem historicamente na figura do homem heterossexual o lugar de liderança e de manuseio das técnicas agroecológicas.

É importante considerar que a construção de perspectivas dos processos identitários que condicionam a produção de masculinidades nos mais diversos contextos sociais segue uma lógica que privilegia uma norma cisheterossexista e binária de gênero, por meio de uma masculinidade hegemônica, que determina os espaços de representação divididos entre o masculino, associado ao viril, e o feminino, associado ao frágil, onde se tem a demarcação desses significados de gênero entendidos como padrão a serem seguidos. Nos papéis e sentidos atribuídos aos homens e suas masculinidades no rural e nos contextos agroecológicos, existe, ainda, uma prevalência desse contexto dicotômico, em que construção da identidade do homem nesse meio reverbera questões a ele anteriores:

Ele, o homem do campo, nesta glosa analítica, tem como missão crescer e multiplicar para (re)produzir em conformidade, pois seu destino é ganhar o pão pelo suor do próprio rosto. Mantenedor de uma sexualidade instituída, escamoteada [...]. Em tese, produz-se um Corpo-assim, ou seja, um corpo camponês já dado, definido, discursivamente, em sua sexualidade, espécie de mais-valia em prol de valores-guias (ROGERS, 2006, p. 31).

Nesse sentido, o corpo do homem do meio rural é normatizado e domesticado (ROGERS, 2006), por meio do imaginário social que compreende que a função natural dele seria a (re)produção de padrões preestabelecidos e que determinam sua identidade de gênero e orientação sexual pela imposição de um lugar de domínio: ser homem e o performar em todos os seus aspectos, sendo essa construção de masculinidade restrita e excludente do percebimento das identidades diversas inseridas no contexto social. Isso implica perceber o percurso de construção de uma cisheteronormatividade do indivíduo em suas performances de gênero masculinas, mas que envolve também possíveis rompimentos com as estruturas dominantes e aberturas para outras formas de masculinidade(s) que sejam reconhecidas e/ou validadas por seus membros.

É importante refletir sobre a reprodução do e a resistência no modelo hegemônico de masculinidade nas vivências do homem *gay* do e no campo, onde é fortemente disseminado a ideia do homem macho, forte e viril, o que nega e invisibiliza as masculinidades diversas desenvolvidas ao longo do processo de formação da sociedade. No entanto, ainda que de forma incipiente, o movimento agroecológico tem desenvolvido um debate acerca da produção de outras masculinidades de homens gays do e no campo, para questionar esse lugar da invisibilidade retroalimentada e mantida ao longo do tempo, em que não havia espaço para pensar a questão dos homens gays que constroem, de igual modo, a agroecologia.

Nesse sentido, o texto apresenta alguns resultados de uma pesquisa que objetiva investigar os processos identitários das masculinidades de homens gays inseridos nos espaços agroecológicos e como a Agroecologia tem contribuído para romper ou não com a lógica de invisibilidade de identidades diversas do padrão cisheteronormativo preestabelecido. Para tanto, a pesquisa contemplou o estudo da bibliografia sobre masculinidade, gênero, feminismo e agroecologia; a análise de documentos do movimento agroecológico; e entrevistas semiestruturadas com três militantes gays desse movimento e atuantes no Nordeste. Ainda que a autoidentificação de gênero de nossos interlocutores seja a de homem e, desse modo, abarcarem as masculinidades de forma unânime nos seus processos de formação identitária, o que está em análise é o modo como as diversas formatações de masculinidade se constituem e negociam a legitimidade de sua existência dentro de um espaço político: formatações visualizadas a partir da existência de masculinidades hegemônicas e subalternas e masculinidades entendidas como prática performática e produtiva do gênero masculino.

PROCESSOS IDENTITÁRIOS E PRODUÇÃO DE MASCULINIDADE(S)

Antes de adentrar na discussão principal do artigo, cabe uma breve apresentação sobre o conceito de masculinidade utilizado na análise, apontando alguns autores e autoras que balizam a discussão.

O corpo construiu-se de uma unicidade, cada pessoa é única, contudo, possui características comuns a toda pessoa humana; características estas que as identificam, bem como as diferem, tais como o gênero, a raça, classe social, orientação sexual, religião, entre outros, que fundam historicamente a diversidade humana. Se a formação do indivíduo é construída socialmente, logo, não está isenta de mudanças e adequações ao longo da história e no meio social ao qual está inserido diante, principalmente, das diferentes formas que se passou a enxergar o ser humano a partir da perspectiva da construção cultural das identidades.

A produção de corpos, sexos e, impreterivelmente, sexualidades, a partir da análise dos estudos nomeados de genealógicos do filósofo Michel Foucault, deixa claro que as instituições de poder através dos seus dispositivos disciplinares fixaram aos corpos elementos identitários necessários para o exercício de seu controle. Foucault (2010) compreende o corpo como uma marca, baseando-se na análise do indivíduo moderno diante da interiorização de processos disciplinares, subjetivação e identificação. Tem-se, deste modo, a produção de discursos com base na constituição dos corpos sexuados e, conseqüentemente, da dicotomia do modelo do binarismo sexual entre o sexo masculino e o sexo feminino.

Foucault compreendeu os sexos enquanto objetos de discursos, portanto enfatizou que a nomeação e definição das coisas alcança um procedimento de concepção. Consoante ressalta Guacira Lopes Louro (2009, p. 138), os dispositivos de regulação possuem um caráter performativo, ou seja, sua referência e, conseqüentemente sua recorrência condicionam para que isso possa acontecer, para assim, produzirem aquilo que possam nomear. Esse entendimento foi, especialmente, desenvolvido por Judith Butler (2010) para quem a categorização do sujeito está intrinsecamente ligada à esfera do sexo, tratando-se de uma noção ocasionada pelos dispositivos da sexualidade. Deste modo, ela propõe uma análise sobre a construção de uma matriz heterossexual moderna, que pode ser interpretada como

a grade de inteligibilidade cultural por meio da qual os corpos, gêneros e desejos são naturalizados [...]. O modelo discursivo/epistemológico hegemônico da inteligibilidade do gênero, o qual presume que, para os corpos serem coerentes e fazerem sentido (masculino expressa macho, feminino expressa fêmea), é necessário

haver um sexo estável, expresso por um gênero estável, que é definido oposicional e hierarquicamente por meio da prática compulsória da heterossexualidade. (BUTLER, 2008, p. 216).

Tal padrão passou a gerir a manutenção de duas sexualidades, de duas posturas, de dois interesses, duas aparências, de dois desejos potenciais sempre e exclusivamente dentro de um modelo do binarismo sexual predeterminado e da sua presunção de heterossexualidade compulsória juntamente com suas necessidades produtoras, reprodutoras e racionais próprias das relações sociais entre homens e mulheres. De acordo com Butler,

O regime da heterossexualidade atua para circunscrever e contornar a “materialidade” do sexo e essa “materialidade” é formada e sustentada através de – e como – uma materialização de normas regulatórias que são, em parte, aquelas da hegemonia sexual [...] a materialização de normas exige aqueles processos identificatórios pelos quais as normas são assumidas ou apropriadas, e essas identificações precedem e possibilitam a formação de um sujeito. (BUTLER, 2010b, p. 170).

A disseminação de um regime da heterossexualidade produzido e conseqüentemente estimulado na modernidade determinaram o surgimento e a oposição do binarismo sexual composto por dois indivíduos condizentes com práticas socialmente ideais, quais sejam: o homem e a mulher – enquanto um processo cisheteronormativo que determina masculinidade(s) e feminilidade(s) como concepções únicas.

Esse processo de formação da identidade dos indivíduos se fundamenta por meio da noção geral atribuída ao homem e a mulher, enquanto sujeitos determinantes dos processos sociais, por meio de uma lógica de sobreposição da masculinidade sobre a feminilidade. Assim, o homem e suas masculinidades ocupam e ocuparam lugares reservados a eles por performarem e estarem na figura do macho, logo, do masculino. Conforme explicitou Daniel Cazés, “[...] os estudos sobre homens ou masculinidade com enfoque de gênero estão ligados aos estudos feministas e, em grande medida, inspirados por suas visões críticas e pelas propostas e ações das mulheres que os elaboraram” (CAZÉS, 1998, p. 112).

Isto posto, tem-se a perspectiva de uma matriz de concepção de uma masculinidade hegemônica, sendo que, de acordo com Raewyn Connell e James Messerschmidt, o referido termo afirma a existência de um modelo de masculinidade que, uma vez prescritivo, exerce domínio sobre as mulheres e subordina os homens a alcançá-la (CONNELL E MESSERSCHMIDT, 2013). Para nós, esse conceito acerca da constituição da masculinidade hegemônica funda uma ideia chave de análise, uma vez que permite visualizar como o

binarismo de gênero e a cisheteronormatividade endossam não só o poder hierarquicamente atribuído aos homens sobre as mulheres, como também balizam as diferentes formatações e lógicas de masculinidades nos mais diversos grupos de homens, incluindo os homens *gays* e suas performances e processos identitários que tenham aproximações com o feminino.

Deste modo, a figura projetada do homem como indivíduo detentor de virilidade e poder, bem como de performar o papel do macho másculo afastado dos papéis femininos sustenta uma perspectiva de fechamento ou de não visualização de outras formas de ser ou tornar-se homem. O ideal-regulatório do masculino garantiu e garante aos homens lugar de privilégio. Contudo, é preciso questionar: o que acontece quando esse lugar é ocupado por uma pessoa de identidade de gênero masculina e ao mesmo tempo se autodeclara *gay*? E quando essa pessoa é do meio rural onde predomina a ideia de que o homem não-heterossexual não é considerado “homem de verdade”? A masculinidade entendida nesse contexto se apresenta de forma a reforçar o padrão hegemônico de reiteração de estereótipos e de afastamento da identidade masculina de tudo que não seja performado a partir desse viés do másculo, uma vez que homens tendem a reproduzirem esse lugar da virilidade como autoafirmação do seu espaço de poder e lugar de macho; do mesmo modo, homens *gays* o fazem por meio de uma estratégia de garantia da identidade masculina em detrimento das formas de feminilidades.

A produção de atributos ou características tidas como masculinas permeiam espaços discursivos de autoafirmação identitária como referência de uma produção de indivíduos inseridos em diferentes relações e processos sociais. Por isso, é importante assumir que existe

[...] não há só um discurso que associa de modo direto homens a masculinidade, mas também a criação de um campo de legitimidade no qual se inserem homens masculinos e, ao mesmo tempo, uma esfera do ilegítimo, à qual pertenceriam homens marcados por uma masculinidade não-natural ou por uma feminilidade que funcionaria como elemento disruptivo da suposta coerência entre sexo biológico e atributos relacionados a gênero (FRANÇA, 2010, p. 181.).

As formas hegemônicas de masculinidade também adentram a vivência e identidade dos homens *gays*, que podem ser evidenciadas nos processos reiterativos de normalização de performances e “trejeitos” masculinos como determinantes de uma identidade viril, o que envolve a reprodução das características intrinsecamente referenciadas na vivência e padrão heterossexual e na percepção da masculinidade reduzida à construção do macho.

AGROECOLOGIA E A QUESTÃO LGBTI+: BREVE CONTEXTO

O debate acerca das questões relativas à diversidade sexual e de gênero nos contextos agroecológicos ainda é um tema pouco discutido e, mesmo que as discussões tenham adentrado aos espaços, seja nas comunidades, nos grupos de trabalho, congressos e outros, o lugar da representatividade se mostra incipiente.

Vale ressaltar que a agroecologia apresenta uma perspectiva, enquanto ciência, movimento e prática (GLIESSMAN, 1989; SILIPRANDI, 2009; IRIDIANE SEIBERT, 2019), que visa uma reestruturação dos processos de caráter produtivo, sejam eles agrícolas e/ou pecuários, bem como a distribuição de alimentos e a ampliação acerca dos processos alimentares. Deste modo, ela se estrutura como referencial para novas questões de desenvolvimento que promovem a diversidade dos sujeitos que fazem e constroem a agroecologia e que, historicamente, tiveram suas narrativas invisibilizadas, no intuito do fortalecimento das suas experiências como atos políticos e de reafirmação das suas identidades.

Sobre essa perspectiva, a Via Campesina Brasil⁴, por meio da *Cartilha de Diversidade Sexual e de Gênero na Via Campesina: Rompendo o silêncio sobre a existência das LGBTI no campo*, destaca que “falar sobre diversidade sexual e de gênero no campo é um desafio deste tempo na luta e construção de territórios livres de opressão e dominação [...] rompe com o silêncio sobre a invisibilidade e a existência das LGBTI [...] no campo” (CARTILHA LGBTI, p. 6, 2020).

Já no IV Encontro Nacional de Agroecologia (IV ENA), em 2018, dentre as pautas trazidas e autoafirmadas sobretudo pelas juventudes foi a referida questão, que foi sintetizado no lema “Com LGBTIfobia não há Agroecologia”. Isso destacou a necessidade de romper com práticas hegemônicas e dicotômicas, principalmente no que se refere as suas construções identitárias e liberdades de serem quem são. Salientando que as discussões acerca da diversidade sexual e de gênero no campo apresentam uma questão geracional bastante presente, uma vez que as juventudes têm assumido esse papel de acionar o debate mais fortemente.

A juventude quer debater gênero nas escolas, implementar a política de sucessão rural, defender territórios livres de agrotóxicos, aprofundar suas experiências de agricultura urbana, criar territórios livres de machismo e LGBTIfobia e consolidar suas autonomias. Tudo isso será construído a partir da inovação no diálogo entre nossas expressões culturais, entendendo que nossas solidariedades políticas se construirão de forma criativa com a cara da irreverência e radicalidade das juventudes (CARTA POLÍTICA [DO] IV ENA, p. 39, 2018).

⁴ A Via Campesina é um movimento transnacional que reúne organizações camponesas, de trabalhadores/as rurais, povos indígenas e outros, presente em todos os continentes. A Via Campesina no Brasil luta pela agroecologia.

É importante destacar o papel da agroecologia como prática plural e de incorporação de questões culturais, políticas, ambientais e sociais, reforçando a construção de pautas e lutas antirracistas, anticapitalistas e antiLGBTIfóbicas em defesa dos direitos histórica e democraticamente assegurados. No que tange a essa última luta, o avanço do movimento agroecológico na pauta da diversidade sexual e de gênero vem, entre outras coisas, dando visibilidade à atuação e reivindicações de militantes LGBTI+, sendo que, nesse texto, iniciamos uma reflexão específica sobre os militantes gays.

VIVÊNCIAS E EXPECIÊNCIAS: SER UM HOMEM GAY NO MOVIMENTO AGROECOLÓGICO

Pensar sobre a vivência de ser um homem gay no movimento agroecológico demarca discussões fundamentais acerca de pautas emergentes e de indivíduos que fazem e representam a agroecologia de modo potente e dos seus lugares identitários de reivindicação das suas autoafirmações que rompem com a lógica do ser e performar o padrão preestabelecido de ser homem, de ser um homem gay e de ser um homem gay do campo.

É nesse sentido que, para José Arildo Soares dos Santos⁵, agricultor, feirante e artista, 26 anos, morador da Comunidade de Sítio Coqueiro – Assentamento Maceió, filho de assentados da Reforma Agrária, integrante do GT de Juventudes da Rede de Agricultores Agroecológicos e Solidários do Território Vales do Curu e Aracatiaçú, quando questionado acerca da sua vivência enquanto homem gay, o reconhecimento da sua identidade de gênero e orientação sexual e quais seriam os maiores desafios enfrentados diante de uma sociedade que ainda reforça questões estruturais do binarismo de gênero inserido num espaço agroecológico, destacou que sua vivência no espaço agroecológico nunca interferiu no seu ser homossexual e reforçou: *“não sei como seria se eu fosse afeminado ou não me identificasse no meu corpo, como já disse, muitos nem sabem da minha homossexualidade e também não faço questão de escancarar; quem precisa saber sabe e não vejo isso como negar minha identidade”*.

Cumprе destacar que, na fala José Arildo Soares dos Santos há uma preocupação quanto ao fato de que sua identidade se afastar do feminino e salienta que mudanças consideráveis

⁵ Entrevista realizada em março de 2021.

poderiam ser percebidas mais facilmente, caso performace uma identidade masculina com aspectos e/ou elementos femininos, afeminados.

Já Giuseppe Bandeira⁶, Coordenador do GT de Juventudes da ABA, diante da sua trajetória de autoafirmação como um homem do sertão, preto e gay destaca que “ser um homem gay no movimento da agroecologia” traz para ele determinados embates e encontros de forma que: “me entender enquanto sujeito/homem gay passa a fazer parte, na verdade, de todas as minhas ações”. Ele faz referência ao fato da performance feminina quando destaca que há

A privação da gente ser na nossa própria comunidade (...) quanto mais masculino mais aceito (...) eles representam uma perspectiva de um preconceito muito perigoso, porque eu mesmo na minha construção identitária, enquanto homem gay eu sei quantas vezes eu neguei as bichas afeminadas... até isso em relação a atração afetiva porque para me permitir estar com alguém tinha que ser um homem masculino, porque vem dessa construção heteronormativa (...) ninguém está distante disso.

Deste modo, a referência à afeminofobia, termo cunhado pela autora e pesquisadora norte-americana Eve Sedgwick, é utilizada de forma pejorativa como demonstrativo de que existe uma rede de preconceitos na própria população LGBTQIA+, que também são responsáveis por reproduzir tal discurso e, portanto, disseminar o preconceito contra homens afeminados ou mulheres masculinizadas. O homem gay afeminofóbico utiliza do “armário” como artifício discursivo e mecanismo de regulação de suas identidades, uma vez que “o armário gay não é uma característica apenas das vidas de pessoas *gays*. Mas, para muitas delas, ainda é a característica fundamental da vida social (SEDGWICK, 1990, p. 8).

Para Alexandre Henrique Pires⁷, Coordenador Geral do Centro Agroecológico Sabiá, o reforço aos estereótipos de ser um homem gay do e no campo é um processo que começa muito cedo, desde a infância, destacando que “ser gay no sertão, filho de agricultores, com a família toda camponesa” foi difícil e que “no campo não tem espaço para o homem gay, não tem espaço para o ser gay”, salientando que o processo de construção identitária dos homens *gays* e suas pretensões para a performance masculina e masculinizada precisam ser colocadas em evidência, pois os forçam a permanecer invisíveis, no armário, para não sofrer qualquer tipo de retaliação. Alexandre destaca que,

Quando eu entrei no movimento agroecológico ali no início dos anos 2000, em 2002 eu entrei no Centro Sabiá; eu entrei com o conhecimento de pessoas que já sabiam da minha orientação sexual. Então no Centro Sabiá não houve, que eu reconheça conscientemente, algum tipo de limitação ou preconceito em função da minha

⁶ Entrevista realizada em março de 2021.

⁷ Entrevista realizada em março de 2021.

sexualidade, da minha orientação sexual. Agora, eu sempre me vi muito constrangido, logo no princípio dos nossos processos, no lidar com as outras organizações, assessores das outras organizações e movimentos porque nesses espaços eu não via ninguém gay – eram todos homens e mulheres héteros.

É importante perceber que enquanto muitos sustentam e pregam intensamente a ideia do armário como salvação, aqueles que vivem ao redor e fora completamente desse meio de refúgio na construção da masculinidade encaram a temática como algo racional e que merece existir em função da atuação protagonista dos papéis a serem desenvolvidos e performados por cada indivíduo. Mas, nem sempre as condições políticas estão dadas para fazer a “saída do armário”. O armário é formador/regulador porque existe uma rede de pessoas que estão preocupadas em espionar e sempre violar a intimidade alheia, uma vez que “mesmo um gay assumido acaba por conviver diariamente com interlocutores sem a certeza de estes o reconhecerem” (SEDGWICK, 1990, p. 8).

“Sempre deixei isso muito claro nesses espaços, nunca neguei; aliás, nas oportunidades que eu tive de falar, de expressar isso eu expressei, só que eu não me sentia bem por que não existiam outros”, salienta Alexandre corroborando com a perspectiva teórica da autora. Percebe-se que o armário na vida de homens *gays* é uma incerteza que constantemente permanece na vida destes indivíduos, por ter que manter um padrão identitário para não ser alvo de discriminação e preconceito. Quando isto acontece, o armário ainda é um mecanismo de fuga para esconder ou deixar incerto uma performance que não deveria ser escondida.

As vivências e experiências dos processos de construção identitária de homem *gays* inseridos no campo, como nos casos de Arildo, Alexandre e Giuseppe, representam particularidades da formação individual de cada um e condicionam infinitas percepções acerca de ser quem se é e o porquê se é. Isso podem gerar conflitos e negociações que, por sua vez, podem reverberar na atuação da cis-heteronormatividade como lógica de exclusão, não aceitação e marginalização de identidades masculinas de homens *gays* que não reproduzam um padrão preestabelecido da condição de ser, estar e permanecer macho.

(DES)CONSTRUINDO CONSIDERAÇÕES

A lógica de construção de um ideal de masculinidade permeia a formação individual de todos os indivíduos, é comum, por exemplo, o reforço dos estereótipos que condicionam para que o masculino seja quase que exclusivamente representado pela figura do másculo, viril, do

dominador e daquele que detém o poder sobre as estruturas, em comum acordo com o sistema binário de gênero; de modo a negar ou afastar tudo que possa remeter ao feminino.

“O fato de não ser afeminado muda muita coisa”, pontuação trazida por José Arildo, demarca um lugar que incertezas quanto a ser quem é e mais ainda nos espaços rurais quando se tem a projeção do que seria ser homem e performar uma masculinidade adequada e apropriada, uma vez que

Na zona rural as tensões em torno da masculinidade são intensificadas, de modo que a pluralidade de expressões de masculinidades é combatida. Enquanto meninos, só nos é permitido desejar ser homem, ser pai de família, usar de brutalidade e violência para defender o título de homem (SANTOS e PRATA, 2019, p. 5).

A fuga dos rótulos e das estigmatizações acerca das suas identidades configura uma tentativa de se colocar enquanto reprodutor do que se entende sob o viés do que é preestabelecido, normalizado e, conseqüentemente, aceito no meio social mais facilmente. A afeminofobia impulsiona discursos que cerceiam características de masculinidades que possuam traços e/ou compreendam alguma ligação com o feminino, aqui também entendido como o afastamento do que seria o ideal de ser homem. Isto posto, o delineamento da pesquisa se faz a partir da estruturação de um “campo de corpos” (BUTLER, 1992 *apud* CERQUEIRA & SOUZA, 2015) para explicar as práticas de processos identitários de cunho hegemônico através de representações sobre e dos corpos.

Logo, a compreensão sobre as dinâmicas de masculinidades, a partir das representações de um modelo heteroestruturante dos comportamentos dos homens, e o afastamento de vivências de homens do que o que não é viril são primordiais para a compreensão dos processos corpóreos de masculinidades e da produção de pertencimentos e perspectivas de um homem gay no e do campo.

Assim, cabe salientar que, na luta agroecológica, ainda as desigualdades de gênero e sexualidade estão largamente presentes e, muitas vezes, imperceptíveis. O que inclui a reprodução das formas hegemônicas de masculinidade e de sexualidade, ainda que hoje essas formas também sejam questionadas pela agroecologia atual. Isto posto, é importante questionar: quais as questões que atravessam a participação do homem gay no movimento agroecológico? Quais as questões que reverberam situações de opressão? Quais limites da diversidade sexual o movimento agroecológico apresenta e quais alternativas podem ser apresentadas para romper

com essa lógica? Estes são alguns delineamentos necessários para pensarmos acerca das masculinidades e identidades no contexto rural e agroecológico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BUTLER, Judith. **Corpos que pesam**. In: LOURO, G. L. (Org.). O corpo educado. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 151-172.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão de identidade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

Carta política [do] IV ENA: agroecologia e democracia unindo campo e cidade – Rio de Janeiro: AS-PTA: Articulação Nacional de Agroecologia – ANA, 2018.

CARTILHA LGBTI. **Diversidade Sexual e de gênero na Via Campesina: Rompendo o silêncio sobre a existência das LGBTI no campo**. 1ª Edição. Brasil, outubro de 2020.

Cazés, Daniel. (1998). **Metodología de género en los estudios de hombres**. Revista de Estudios de Género. La ventana (8), 100-120.

CERQUEIRA, Paulo Rodrigues; SOUZA, Eloisio Moulin de. **Laclau, sexualidades e os corpos: análise das subjetivações ursinas**. Psicologia & Sociedade, 27(2), 267-279, 2015.

CONNELL, Robert W. Messerschmidt, James W. **Masculinidade Hegemônica: repensando o conceito**. In: Estudos Feministas, Florianópolis, 21(1): 424, janeiro-abril, 2013. pp. 241-282.

FERREIRA, Paulo Rogers. **Os afectos mal-ditos: o indizível nas sociedades camponesas**. 2006. 219 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Instituto de Ciências Sociais, Unisversidade de Brasília, Brasília, 2006.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 2010. v. 1.

FRANÇA, Isadora Lins. **Consumindo lugares, consumindo nos lugares: homossexualidade, consumo e subjetividades na cidade de São Paulo**. Campinas, SP: [s.n.], 2010.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecology: researching the ecological basis for sustainable agriculture**. New York: Springer – Verlag, 1989.

LOURO, Guacira Lopes. **Foucault e os estudos queer**. In: RAGO, M.; VEIGA-NETO, R. Para uma vida não fascista. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. p. 135-142.

SANTOS, Marcos Andrade Alves dos; PRATA, Daniele Gruska Benevides. **Menino afeminado na escola rural**. In ANDRADE, L. N. Diversidade Sexual, gêneros e Raça: Diálogos Brasil-África / Luma Nogueira Andrade. Realize Editora: Campina Grande - PB, 2019.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. **A Epistemologia do Armário**. In: Cadernos Pagu. Tradução de Plínio Dentzien. Campinas, Núcleo de Estudos de Gênero Pagu, 2007.

SEIBERT, Iridiani. Graciele *et al.* **Sem feminismo, não há agroecologia**. Em: O poder das mulheres na luta por soberania alimentar. 2019.

SILIPRANDI, E.C. **Mulheres e agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar**. 2009. 291 p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) - Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.